



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Território, Poder e Conflito)

**Mineração e conflitos socioambientais no estado do Pará:
breves considerações.**

Ewerton dos Santos Barros ¹
Thais Fernanda Matos Sena²
Marcel Theodoor Hazeu³

Resumo: Este trabalho apresenta breves considerações acerca dos conflitos socioambientais entorno dos projetos de mineração no Estado do Pará, sendo estes constitutivos do processo de acumulação de capital por via da espoliação segundo as considerações de David Harvey. Para isso, foram elencados três projetos de extração de minérios, um de ferro (Complexo S11D Eliezer Batista da empresa Vale em Canaã dos Carajás), um de Caulim (da empresa Imerys no município de Ipixuna do Pará) e um de bauxita (Porto Trombetas da empresa Mineração Rio do Norte, no município de Oriximiná). A pesquisa tem como método de análise o materialismo histórico-dialético e como metodologia a pesquisa bibliográfica. Por fim, faz uma breve reflexão indicando que a contínua presença de projetos de mineração degradam sistematicamente o território, causando danos à vida das populações locais.

Palavras-chave: Acumulação de capital, Espoliação, Mineração, Conflitos, Amazônia.

Abstract: This paper presents brief considerations about the socioenvironmental conflicts surrounding the mining projects in the State of Pará, which are constitutive of the process of capital accumulation through spoliation according to David Harvey 's considerations. For this, three mining projects were listed, one of iron (Complex S11D Eliezer Batista of the company Vale in Canaã dos Carajás), one of Caulim (of the company Imerys in the municipality of Ipixuna do Pará) and one of bauxite (Porto Trombetas of the company Mineração Rio do Norte, in the municipality of Oriximiná). The research has as method of analysis the historical-dialectical materialism and as methodology the bibliographic research. Finally, he makes a brief reflection indicating that the continuous presence of mining projects systematically degrade the territory, causing damage to the lives of local populations.

Keywords: Accumulation of capital, Espoliation, Mining, Conflicts, Amazon.

¹ Graduando do curso de Serviço Social e Bolsista de Iniciação Científica do Grupo de Estudos e Pesquisas Sociedade, Território e Resistências na Amazônia – GESTERRA, vinculado ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará – PPGSS/UFPa. Email: ewertonsamisami@gmail.com.

² Graduanda do curso de Serviço Social e Bolsista de Iniciação Científica do Grupo de Estudos e Pesquisas Sociedade, Território e Resistências na Amazônia – GESTERRA, vinculado ao Programa de Pós Graduação em Serviço social da Universidade Federal do Pará – PPGSS/UFPa. Email: thaasena100@hotmail.com

³ Professor da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará, Doutor em Ciências Socioambientais e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Sociedade, Território e Resistências na Amazônia – GESTERRA, vinculado ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará – PPGSS/UFPa. Email: celzeu@gmail.com



1- Introdução

Abordar a questão da mineração e conflitos socioambientais implica em analisar primeiramente o quadro geral da mineração e suas características na Amazônia, pois não há uma clara referência de projetos ou tendências que possam justificar de antemão recortes operacionais. O principal debate sobre os conflitos, caracterizados, também, a partir dos deslocamentos forçados e atingidos no estabelecimento de disputas pelos recursos naturais e territórios, tem se dado em torno das hidrelétricas e os lagos provocados pela barragem dos rios.

Na literatura acadêmica e na prática política no Brasil e, especificamente na Amazônia, a categoria de “atingido por mineração” só surge como uma classificação adotada a partir de 2010, com o aparecimento dos Movimentos de Atingidos por mineração. Até então, a noção de “atingidos” limitava-se aos atingidos por barragens, cujo debate se encontrava amplamente difundido a nível nacional e internacional na esfera política e acadêmica (VAINER, 2008), (WANDERLEY, 2012).

A mineração, porém, tem uma importância fundamental na formação social e nos conflitos socioambientais na Amazônia, como Marques (2012) argumenta quando diz que o estado do Pará está se tornando uma colônia mineral.

Segundo Bunker (1986) há subdesenvolvimento nas regiões tradicionalmente extrativas sujeitas à introdução de grandes empreendimentos intensivos de capital, voltados à extração de recursos naturais. Para Bunker, toda região tradicionalmente extrativa que receber um empreendimento extrativo moderno sofrerá retrocesso social agudo e dilapidação desastrosa dos seus recursos naturais.

Na atualidade são vários tipos de minérios sendo explorados no território paraense, segundo maior estado da Amazônia Brasileira, por multinacionais com sede em diferentes países. A exploração de minério implica em cerceamento de extensas áreas, implantação de grandes instalações, estradas, portos e ferrovias para o escoamento dos minérios. Neste processo muitas pessoas são forçadas a sair de suas terras e comunidades ou perdem grandes áreas de seus territórios tradicionalmente ocupados ou parte de modos de produção próprios e modos de vida particulares.

O geógrafo e referência nacional no debate sobre mineração na Amazônia, Wanderley (2012), apresentou um quadro de conflitos socioambientais envolvendo



mineração na Amazônia, sem aprofundar detalhes sobre cada realidade, mas reforçando a importância de pesquisas da mineração. Ele aponta que há:

[...] conflitos em relação à exploração de Bauxita em Oriximiná, Paragominas, Barcarena, no Pará; de cobre e do ferro em Parauapebas, no Pará; de cromo no Amapá; de Cassiterita na Floresta Nacional Jamari e na terra indígena dos Cintas-Largas, em Rondônia, e nas terras da tribo indígena Waimiri-Atroari, no Amazonas; de manganês na Serra do Navio, no Amapá; de Níquel em Ourilândia, no Pará; de garimpo de pedras preciosas no Tapajós e Serra Pelada, no Pará; em Alta Floresta, no Mato Grosso; nas terras Yanomami, em Roraima; na reserva indígena Roosevelt e no Rio Madeira, em Rondônia e no Eldorado do Juma, no Amazonas.

Por isso, este trabalho objetiva, inicialmente, traçar algumas sínteses sobre o processo de acumulação de capital na região amazônica, trazendo à centralidade desta primeira reflexão o ímpeto da acumulação por espoliação discutida fundamentalmente pelo geógrafo marxista David Harvey, sob o entendimento de que os conflitos socioambientais fazem parte deste processo, o que reverbera numa série de relações entre várias dimensões de representações envolvendo principalmente os sujeitos que constroem a sua história intimamente ligada à terra, que é espoliada pelo capital em prol do avanço do capital (Inter) nacional quando da exploração dos recursos minerais que a região tem. Ademais, pretende fazer aproximações sobre a questão própria da mineração na Amazônia Brasileira deixando perceptível a sua relevância à lógica de acumulação e por fim apresentar breves considerações sobre exemplos de conflitos em torno de projetos no Estado do Pará, elencando três situações significativas para exemplificar a expansão destes na região, dando possibilidades para refletir sobre os conflitos socioambientais concernentes às relações de seus principais atores sociais.

O estudo se pautou no método crítico de análise, especificamente o Materialista Histórico Dialético, por entender que a apreensão dos processos de expansão dos projetos de mineração no Estado do Pará requerem, no âmbito da abstração, um esforço para compreender as determinações mais gerais do capital que possibilitam estes processos. Desta maneira, a historicidade é de suma importância no processo de apreensão destas determinações, o que possibilita o conhecimento da lógica de expansão dos projetos sob uma perspectiva não mais aparente, mas considerando a sua essência dentro de uma perspectiva de totalidade no âmbito das relações estabelecidas entre o capital, o Estado, a natureza e a sociedade, o que indica que essas relações, tidas como sociais, se constituem enquanto o próprio movimento da realidade, onde cada ator social já descrito visa defender os seus interesses. (NETTO, 2009)

No que concerne ao procedimento metodológico, a pesquisa se ampara em pesquisa bibliográfica, a qua possibilitou a apreensão de algumas questões relacionadas à acumulação do grande capital na Amazônia brasileira bem como uma abordagem teórica e



contextualizada em relação a mineração capitalista na Amazônia e a história da mineração nesta região. Desta maneira, o procedimento ora referido propiciou correlacionar a questão da mineração à lógica selvagem de exploração engendrada pelo capital na região Amazônica em seus processos de acumulação de lucro, o que significa a espoliação como central neste processo.

2- ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: o ímpeto da espoliação

A Amazônia Brasileira, conhecida internacionalmente por suas riquezas e por isso muito cobiçada, é uma região demarcada historicamente pela exploração da natureza e do homem segundo relações de poder/dominação fruto do processo de colonização, cujo principal fator preponderante refere-se à lógica do sistema capitalista de acumulação de capital que faz desta região mero espaço para produção e reprodução de lucro para fora da região, explorando principalmente recursos naturais utilizando-os como insumos e matérias prima, sob o discurso de que são inesgotáveis.

Rodrigues (2015) reitera que é no bojo do processo histórico de exploração dos recursos naturais da Amazônia, datada do período colonial, que condicionaram esta região ao processo de acumulação de capital a partir do reconhecimento da região enquanto atribuída de grandes riquezas, principalmente minerais para o desenvolvimento do mundo.

A autora continua versando sobre a temática amazônica possibilitando a compreensão do ideal que fomenta a contínua exploração da região. Segundo ela, é válido ressaltar as décadas de 1930 a 1960, período em que a preocupação nacional pela região amazônica impulsiona a ideologia desenvolvimentista. Para desenvolvê-la, começa-se a elaborar uma série de dispositivos estruturais, visando estratégias de exploração, beneficiamento e exportação das riquezas da região.

Desta maneira, compreende-se que o ideal desenvolvimentista vem à tona no Brasil não o desenvolvendo, pelo fato deste estar caracterizado dentro de uma perspectiva neoextrativista, de extrema exploração e exportação. Ou seja, esta é a caracterização da Amazônia Brasileira dotada de riquezas naturais sob o julgo de uma internacionalização no



jogo de forças políticas estabelecidas historicamente entre países dominantes e dominados. Este discurso acompanha, também, uma lógica de visão que se criou sobre a Amazônia.

Segundo Porto-Gonçalves (2017) a questão histórica que marca a região, geográfica e politicamente periférica em relação ao mundo capitalista moderno-colonial, é fundamentalmente o processo de colonização que se construiu de fora sobre a Amazônia. Ou seja, prevaleceu historicamente a visão do colonizador, o qual considerou inicialmente a região enquanto um imenso vazio demográfico acompanhado de uma imensa bacia hidrográfica, apenas, “visão essa que ignora que a região é habitada há, pelo menos, 17 mil anos” (PORTO-GONÇALVES, 2017, p.15). Foi está desconsideração histórica sobre a região que fomentou historicamente os processos de exploração e dominação na região, colocando a Amazônia num lugar de centralidade no âmbito da acumulação de capital.

Nesta esteira, ressalta-se que para esta acumulação é propiciado, numa relação que se estabelece entre o grande capital e o Estado, este na figura de grandes instituições, algo elementar, que é a terra, o lugar, espaço físico e simbólico, condição preliminar do trabalho; o que possibilita a inserção de grandes empreendimentos estruturantes, sejam eles hidrelétricas, grandes estradas, portos, linhões de energia, projetos de extração de minérios e monoculturas.

Desta maneira cabe trazer à centralidade da discussão a forma como se dá essa acumulação, que na região Amazônica há muito é marcadamente debatida pelo viés da “Acumulação Primitiva” sob perspectivas que recaem sobre o contexto mercantilista e com isso o processo de colonização da região Amazônica.

Segundo Fialho Nascimento (2010) dentre inúmeros fenômenos explanados por Karl Marx acerca do desenvolvimento do capitalismo, a acumulação primitiva foi fundamental, possibilitando abstrair a essência daquilo que houve de mais degradante no processo de conquista de novos rumos para o capital quando de sua expansão em séculos passados. Segundo a autora:

[...] podemos destacar a pilhagem, o saque, a chacina, a ganância com que as primeiras nações ao se lançarem ao além-mar, lograram acumular, algumas efemeramente, grandes tesouros às custas das regiões não civilizadas do globo. Dentre os processos históricos que constituem a própria acumulação primitiva, destacam-se a expansão comercial europeia e o conseqüente sistema colonial. (FIALHO NASCIMENTO, 2010, p. 206)

Segundo a autora, o processo de acumulação primitiva está intimamente relacionada ao esgotamento dos meios de produção no continente europeu no contexto do sistema colonial, o que fez com que os países ibéricos, Portugal e Espanha, buscassem novas possibilidades à acumulação (por vias de mais expropriação e separação do homem de



seus modos de reprodução da vida), em regiões recém invadidas, como a nova América, por exemplo, fomentando os saques de suas riquezas com brutal violência. Logo:

A colonização e o saque colonial a ela inerente se constituiu, assim, no grande e verdadeiro vetor do que Marx veio a conceituar como acumulação primitiva, sendo o saque colonial o método pelo qual as riquezas das sociedades colonizadas foram transferidas para as sociedades colonizadoras, que a transformaram, por sua vez, em capital – coisa que até então não eram. (FIALHO NASCIMENTO, 2012, p. 230)

Prado Filho (2017, p. 60) versa, por sua vez, que “acumulação primitiva pode ser entendida como uma pré-acumulação de capital investida no processo de produção [...]”. O autor remonta-se aos preceitos elaborados por Adam Smith e Marx sobre esta questão, segundo os quais consideram que este tipo de acumulação não é o resultado ou parte do processo de acumulação de capital, mas o ponto de partida no modo de produção capitalista, algo que antecede, que é prévio, nas considerações específicas de Marx. O autor versa sobre as considerações de autores marxistas que resinificaram a questão da acumulação primitiva, como Rosa Luxemburgo e David Harvey, por exemplo.

Destarte, vem à tona a Acumulação por espoliação, discutida fundamentalmente pelo Geógrafo Marxista, David Harvey (2004), e que aqui será escopo de aproximações conceituais que fundamentam a reflexão acerca dos processos inflexionados por esse modo de acumulação.

Neste sentido, observa-se uma reinterpretação do que Karl Marx chamava de acumulação “primitiva ou original” descrita por Harvey como espoliação. Neste segmento, o autor dá novo sentido às definições de Marx, sob a égide de algumas reiterações, já que alguns pressupostos descritos pelo filósofo alemão sobre a acumulação do capital “relegam a acumulação baseada na atividade predatória e fraudulenta e na violência a uma ‘etapa original’ tida como não mais relevante[...]” (HARVEY, 2004, p. 120). Ou seja, há uma secundarização do processo inicial que possibilita etapas posteriores da continuidade do processo produtivo do sistema capitalista.

Sobre os pressupostos apontados pelo autor:

[...]São eles: mercados competitivos de livre funcionamento com arranjos institucionais de propriedade privada, individualismo jurídico, liberdade de contrato e estruturas legais e governamentais apropriadas, garantidas por um Estado “facilitador” que também garante a integridade da moeda como estoque de valor e meio de circulação (HARVEY, 2004, p. 120).

Estes pressupostos ganham centralidade quando da discussão sobre a acumulação do capital. Eles caracterizam os processos posteriores à acumulação primitiva/original, onde o fator mercadológico com vistas a circulação das mercadorias, as privatizações dos setores da produção, bem como a sobreposição de fatores econômicos para o fomento do avanço



do grande capital ganham mais notoriedade em detrimento dos processos originais/primitivos de acumulação. Logo, a acumulação do capital é vista sempre nessa perspectiva, da centralidade no bojo das interpretações macro estruturais em detrimento da acumulação por espoliação, já que esta é tida como um processo que já passou, ficou para trás, mas que Harvey identifica como um processo em andamento (HARVEY, 2004).

O autor salienta a descrição que Marx faz da Acumulação primitiva com vistas a preencher algumas lacunas acerca das reiteraões propostas.

Sobre as descrições de Marx, Harvey expressa:

[...]a acumulação primitiva revela uma ampla gama de processos. Estão aí a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva (HARVEY, 2004 p. 121).

Logo, a terra se apresenta como seminal à acumulação primitiva para Marx, ou seja, o ponto de partida da acumulação de capital, que prescreve a sua privatização bem como a expulsão daqueles que tem no território desapropriado o lugar propício à reprodução de suas relações sociais, colocando-os em situação que não condiz com a realidade de reprodução dos modos de vida que antecedem a intervenção do capital, por exemplo, quando refere-se ao processo de trabalho dos sujeitos, os quais mantém uma relação intrínseca com a terra, pois aquela expulsão reverberou na formação de um conjunto significativo de trabalhadores sem-terra.

É no bojo destas afirmações que Harvey reitera, sob a condição significativa de trabalhadores sem a terra, como instrumento fundamental da sua relação de trabalho e vivência, que “o processo de proletarização, por exemplo, envolve um conjunto de coerções e apropriações de capacidades, relações sociais, conhecimentos, hábitos de pensamento e crenças pré-capitalistas (HARVEY, 2004 p. 122).

Ou seja, o autor traça uma interpretação que ultrapassa o entendimento da terra como apenas constitutiva da acumulação primitiva/original, ou da transformação do homem colocando o seu trabalho como mercadoria, ou da privatização dos elementos tidos como naturais para os povos da floresta, por exemplo. Para ele, a espoliação enquanto processo de acumulação em constante andamento, não deve ser secundarizado em detrimento de apenas determinações financeiro-econômicas, já que o capital se insere de forma



perceptivelmente violenta nos territórios, criando, inclusive, “mecanismos novos de acumulação por espoliação” (HARVEY, 2004, p. 123), no sentido de se apropriar das territorialidades, dos recursos naturais nos processos novos de biopirataria, objetivando transformar esses elementos em mercadoria, sendo de suma importância à acumulação do grande capital.

É neste contexto de apropriação dos minérios, enquanto recursos naturais, pelo capital, que se estabelece a acumulação de capital por espoliação, o que reverbera em conflitos socioambientais, pressupondo que os mesmos são parte constitutivas do selvagem processo de acumulação na região amazônica.

3- A QUESTÃO DA MINERAÇÃO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

No bojo da expansão do grande capital visando novas fronteiras à acumulação, a ocupação da Amazônia se torna elemento estratégico, tendo como principal escopo recursos naturais. Segundo Santos (2002, p. 124) “[...] a mineração é um dos agentes de ocupação, por ser a região parte de um país periférico da economia mundial, e uma das últimas fronteiras para a expansão da exploração mineral”.

O mesmo autor aponta que inicialmente esta ocupação estava relacionada à intensas pesquisas sobre as possibilidades de extração de minério na região em pontos específicos, como as calhas dos grandes rios, por exemplo, mas que é a partir da década de 1960 que dimensões políticas e econômicas ganham centralidade quando do surgimento de políticas governamentais voltadas para a integração da Amazônia, o que possibilita investimentos de grandes multinacionais à busca de dois principais minérios inicialmente, o de alumínio e manganês, este já valorizado no estado do Amapá desde 1940 com a mina da Serra do Navio. “Tal mina foi edificada em uma conjuntura marcada pelo estabelecimento, em termos nacionais, de um novo regime político e pela reorientação das relações estabelecidas entre o Estado e a economia (MONTEIRO, 2005, p. 187)”. A extração do Manganês neste período, bem como do minério de ouro, por exemplo, é considerado como sendo quase um caso único quando da extração mineral na Amazônia Brasileira.

A década de 1960 é essencial para o entendimento, pois inaugura uma mudança no regime político, fato refletido no golpe militar de 1964. Desde então o governo autoritário



elencam uma série de programas e projetos que endossam a ocupação da região para o “desenvolvimento” da Amazônia Brasileira.

Segundo Monteiro (2005):

Para agilizar a implantação de projetos exportadores, o Governo Federal criou, em 1974, o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – Polamazônia. Os planos federais previam a implantação de diversos “pólos de desenvolvimento na Amazônia brasileira”, com destaque para a produção mineral. A ancoravam-se, portanto, numa visão de desenvolvimento regional que tinha por fundamento a necessidade de concentração espacial de capitais, capazes de produzir desequilíbrios, e, em decorrência destes, impulsionar processos de desenvolvimento por meio do surgimento de uma cadeia de ligações para frente e para trás das atividades produtivas consideradas “chave”. Alguns dos pólos que integravam o Polamazônia eram Carajás, Trombetas e Amapá (MONTEIRO, 2005, p. 188).

De acordo com o mesmo autor, com isso, já na década de 1970 a exploração da bauxita no Trombetas, cujas jazidas já haviam sido descobertas na década de 1960, vem à tona, criando uma cadeia produtiva em torno da extração do minério, o qual necessitava, também, ser lavrado, beneficiado, transformado e exportado, o que fez com que o Governo Federal implantasse estratégias e uma série de negociações para efetivar tal ação, o que refletiu em acordos com empresas japonesas, principais interessadas no minério; implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, criação das Centrais elétricas do Norte do Brasil S.A em 1973, cuja energia seria indispensável para transformação industrial, bem como consolida-se em 1978 as empresas que ficariam responsáveis por etapas específicas daquela transformação, estas quais a Alumínio Brasileiro S.A (ALBRAS) e a Alumina do Norte do Brasil S.A (ALUNORTE)

Então, o Governo Federal assume tais responsabilidades de construir toda infraestrutura, mas não pode financiá-las. É neste contexto que surge o Programa Grande Carajás, criado em 1980 e que vislumbrava:

Uma tentativa de coordenar a execução de projetos já existentes na área (especialmente o Projeto Ferro Carajás, a Albras, a Alunorte, a Alumar e a Usina de Tucuruí) e de concentrar ainda mais os recursos estatais e os oriundos de incentivos fiscais e creditícios (MONTEIRO, 2005, p. 190).

Para Além disso, o Programa Grande Carajás é um dos principais fatores que fazem da questão mineral na Amazônia um complexo de problemáticas socioambientais, disputas políticas e questões financeiras que o colocaram como estratégico para acumulação de mais capital a partir da região amazônica. A principal responsável pelo projeto era a estatal Companhia Vale do Rio Doce, a qual geria a exploração da mina de Carajás para obtenção do minério de ferro. A estatal foi privatizada na década de 1990, passando a se denominar Vale S.A, levando consigo a mina de Carajás. Estava claro qual o projeto em questão a



partir dali, um grande negócio de fora para fora, segundo relações ditadas sob a égide do grande capital, do mercado globalizado, renegando responsabilidades já que o desenvolvimento local não era realidade.

Dos projetos de mineração citados nesta breve abordagem histórica, a mina de Manganês na Serra do Navio foi esgotada e abandonada, deixando pobreza, desemprego e crateras. Esta lógica é seguida por outros projetos de mineração na Amazônia, fomentando a pobreza e agudizando conflitos.

4- O CONFLITO SOCIAMBIENTAL EM TORNO DOS PROJETOS DE MINERAÇÃO NO PARÁ: breves exemplos.

Um dos projetos que mais chama a atenção no sentido de sua amplitude e expressão da continuidade das relações que permitem a expansão destes projetos de extração mineral na região Amazônica é o Complexo S11D Eliezer Batista, situado no município de Canaã dos Carajás no Pará, que é mais um projeto da empresa Vale a qual considera o complexo como sendo o maior aproveitamento mineral da história da empresa, cujo objetivo é a extração do minério de ferro e iniciou suas atividades no ano de 2016. É um dos projetos mais recentes, o qual marca expressivamente a região onde está situado por ocasionar uma série de transformações, seja socioambiental ou econômica, reverberando em relações de poder intensas, próprias de conflitos.

Segundo Silva et al:

A expansão dos projetos de mineração segue em franca expansão, a exemplo do Projeto de Ferro S11D em Canaã dos Carajás que entrou em operação no ano de 2016, legitimado pela obtenção de licença para ser implantado. Os grandes conglomerados constroem grandes estruturas na região, mas todas voltadas para atender os interesses da exploração mineral, o foco são seus mega empreendimentos, que na maioria dos casos não estão conciliados com os interesses da sociedade local, tudo isso legitimado pelo poder político que também não volta seu olhar para os problemas sociais (SILVA ET AL, 2018, p. 149).

Desta maneira, há uma clara relação de sobreposição de interesses num jogo político em que o Estado legitima estes empreendimentos a partir dos processos concernentes à licenciamento ambiental, por exemplo, bem como há uma estruturação de um complexo que beneficia a lógica da exploração mineral na região. Nesta relação, as



comunidades que vivem na região do empreendimento são secundarizadas, o que fomenta os conflitos.

Numa perspectiva mais objetiva que retrate o conflito de uma forma geral no âmbito das disputas pela terra para fins de concentração marcada historicamente por litígios, por exemplo, estabelecidas na região do empreendimento, reitera-se que esta dá margens ao estabelecimento de processos históricos, como os conflitos agrários, por exemplo.

De acordo com Santos:

“Como exemplo de conflitos [...] causados pela mega mineração, tem-se o Projeto Ferro Carajás S11D [...] e um dos casos reflexos desta atividade: a comunidade Vila Racha Placa no município de Canaã dos Carajás/Pará, sudeste do estado, que foi diretamente atingida pelo referido projeto pois esta estava no local de exploração da mina (SANTOS, 2017, p. 99)”.

Segundo a autora, esta comunidade foi deslocada forçadamente pela empresa Vale no contexto de delimitação da área que foi destinada para a mineração. Foram muito embates entre os moradores e a empresa, pois a mesma desconsiderou que a área pertencia aos moradores, alegando ser de sua propriedade. Quando deslocada, um novo nome é dado ao território, que passa a se chamar Projeto de Assentamento (PA) Américo Santana, o que foi desconsiderado pela comunidade por esta continuar se autodenominando Racha Placa, nome que surge no processo de resistência quando da delimitação supracitada.

A implantação do Complexo S11D duplica a Estrada de Ferro Carajás (EFC), cuja existência de uma única via já existia desde a época relacionada ao Programa Grande Carajás (PGC). Com isso a empresa visa aumentar a produção com o novo complexo aumentando consideravelmente o escoamento. Este fato pressupõe o fomento de mais conflitos socioambientais.

Ademais, outro grande empreendimento a ser ressaltado é a mina localizada no município de Ipixuna do Pará, cuja principal atividade é a extração do minério de caulim que a empresa Imerys Rio Capim Caulim executa desde o ano de 1996. Em 2010 esta empresa adquiriu a empresa Pará Pigmentos S.A que pertencia a Vale, o que possibilitou, segundo a própria Imerys (2019), que ela, a partir de estrutura duplicada, passasse “a ter maior planta de beneficiamento de caulim do mundo e 71% de participação na produção de caulim no Brasil”.

Com duas minas em intensa atividade no município de Ipixuna, a mineradora transporta, por via de dois minerodutos, o minério até o município de Barcarena, município



onde a empresa detém uma estrutura logística para seu beneficiamento e exportação através de porto próprio.

É válido ressaltar (CARVALHO, 2009) que antes do ano de 2010, as minas executavam suas atividades de extração mineral a partir da gestão de suas respectivas mineradoras, em localidades cuja distância permitia conclusões diferenciadas no sentido das transformações do território e seus impactos socioambientais. Neste contexto, remonta-se ao período em que os estudos de impacto ambiental eram instrumentalizados pelas empresas secundarizando qualquer análise socioeconômica da região de influência das minas, o que reverberou num frágil conhecimento acerca das transformações sociais neste período. Além disso, é válido considerar que segundo mapas disponíveis em pesquisas de (CARVALHO, 2009), a área diretamente afetada da mina Rio Capim Caulim bem como em seus arredores, não há informações sobre habitações - moradias, o que não quer dizer que seus impactos na flora e fauna devam ser secundarizados e, também, o que não descarta a presença de comunidades em áreas diretamente afetadas, caracterizadas como as áreas que estão aos arredores da mina numa distância significativa. Reitera-se que o principal impacto refere-se ao Rio Capim, cujas partes secaram, outras foram intensamente utilizadas para escoação, impossibilitando a pesca dos grupos que o utilizavam como fonte de alimentação. Isto reflete que não há um espaço na região amazônica que não seja ocupado.

Neste sentido, os principais conflitos, inicialmente, concernem ao período mesmo da implantação das duas minas: Imerys Rio Capim Caulim (IRCC) e Pará Pigmentos S/A (PPSA), onde uma série de negociações entre empresas e representações do Estado endossavam as implantações no bojo da valorização das reservas minerais que haviam sido descobertas na região do Rio Capim na década de 1970.

Sobre a PPSA, Monteiro destaca:

Tendo a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) interesse para criar uma empresa para viabilizar a valorização daquelas reservas, a condição imposta pelo governo federal, sob a presidência de Fernando Collor de Mello, para a constituição de uma nova empresa era que o seu maior acionista não fosse a própria CVRD.

Naquele contexto, para levar adiante o empreendimento, a CVRD associou-se, na condição de acionista minoritária, à CADAM. A empresa teve sua origem em 1992 sob a denominação de Rio Capim Química Ltda (RCQSA), passando, após outras alterações, a ser denominada Pará Pigmentos S/A (PPSA). (MONTEIRO, 2011, p. 18)

Sobre a IRCC o mesmo autor versa que:

A partir de janeiro de 1992, o Grupo Mendes Júnior voltou a dar sequência às atividades destinadas à valorização das jazidas de caulim, dessa feita não mais sob a coordenação da ENEEL, mas por meio da empresa Rio Capim Caulim Ltda, especialmente criada para promover a implantação do empreendimento e sua operação futura.



Logo em seguida, a Rio Capim Caulim Ltda teve sua direção assumida pela Imetal, passando a denominar-se Rio Capim Caulim S.A. (RCC). A Imetal é uma das maiores produtoras mundiais de caulim. A aquisição só foi possível em virtude da mudança na legislação brasileira, que passou a permitir que empresas mineradoras fossem controladas por capitais forâneos. No final dos anos 90, a Imetal – hoje denominada Imerys – realizou uma fusão mundial com o English China Clay (ECC), adquirindo a ECC do Brasil e a RCC, na qual já tinha participação por intermédio de sua subsidiária norte-americana (MERCADO..., 1999, p 41). Antes dessa fusão, a ECC já havia adquirido a Georgia Kaolin, outra grande empresa do ramo do caulim, em transação da ordem de US\$ 500 milhões (CEPEMAR, 1993, p. 25). Em decorrência dessas alterações, a RCC passou a ser denominada Imerys Rio Capim Caulim, passando a ter seu capital controlado pelo grupo francês Imerys (99,34%), com pequena participação de capital japonês, por meio da participação da Sumitono Corporation (0,66%). (MONTEIRO, 2011, p. 21)

Estes elementos exemplificam inúmeros atores em contextos que demarcam condições políticas e principalmente econômicas no âmbito da questão mineral. Salienta-se que outros atores aparecem desde então, como as comunidades que foram deslocadas no município de Barcarena em detrimento da construção das estruturas para beneficiamento e escoamento do minério advindo do município de Ipixuna, mas que não serão ressaltadas com ênfase aqui, já que o escopo deste ensaio refere-se especificamente ao entorno dos projetos, o que não quer dizer que desconsideremos um complexo interligado que engloba minas, minerodutos, hidrovias e portos.

Além disso, é importante destacar o Projeto Trombetas como mais um exemplo localizado no município de Oriximiná, cuja empresa Mineração Rio do Norte (MRN) é a principal responsável pela gestão da extração do minério de bauxita desde 1979.

Segundo Olivieri & Araújo (2014) o período de implantação do projeto refere-se a um momento em que a legislação ambiental era quase inexistente nas décadas de 1970 e 1980, o que deu margens à empresa, para que esta operasse sem qualquer fiscalização ambiental, o que provocou, especialmente, impactos ambientais. Dentre estes destaca-se o assoreamento do lago batata, o qual era utilizado pela mineradora como tanque de rejeitos advindos do beneficiamento do minério, situação que perdurou por um período de aproximadamente dez anos. Durante este tempo, comunidades ribeirinhas foram intensamente prejudicadas, pois o lago era a principal fonte de alimentação e renda.

Ademais, salienta-se que a região concentra uma quantidade expressiva de comunidades quilombolas, um grande exemplo é o território quilombola de Boa Vista, considerado como aquele que mais sofreu com a chegada da MRN na região.

Segundo Archanjo (2017):

O projeto Trombetas, representado pela Mineração Rio do Norte, ergue, nas proximidades da comunidade quilombola de Boa Vista, sua estrutura urbana e operacional, para exploração da bauxita. A relação da empresa com a comunidade torna-se progressivamente conflitiva, quando a negação da histórica de ocupação do



território e as interdições passam a ser frequentes na vida desses homens, mulheres e suas famílias (ARCHANJO, 2017, P. 08).

A autora prossegue versando que que ainda está muito vivo na mente dos moradores os processos de resistência travado por eles quando em 1979 a MRN ao iniciar suas atividades enviou uma carta à comunidade pedindo que se retirassem da terra, a qual concentraria ainda mais minério.

A empresa desconsiderava qualquer relação que a comunidade pudesse ter com a terra, desconsiderava que um conjunto de vivências naquela localidade expressava uma intensa relação daqueles com os espaços construídos historicamente e que isso não poderia ser usurpado. A resistência reverberou a afirmação da comunidade em seu território pois “[...]evidencia que a terra para esses sujeitos vai além de seu sentido de mercadoria, o valor era sentimental, por esse motivo, não tinha preço (ARCHANJO, 2017, p. 10)”.

5- CONCLUSÃO

É parte constitutiva da sociabilidade capitalista a lógica com que pensam o desenvolvimento, o qual não abarca o desenvolvimento humano, mas visam fomentar um intenso processo de acumulação de lucro. Esgotados os meios de produção central, se expandem para os países relegados historicamente a um mero espaço considerado pelo capital como vazio. A mineração foi uma dessas possibilidades que o capital vislumbrou no âmbito de sua expansão para processos de contínuas relações com o mercado mundial principalmente a partir da década de 1960. Esta expansão é viabilizada pela intervenção do Estado, o qual mantém uma íntima relação com as grandes empresas a partir do uso de seus instrumentos institucionais e até mesmo por estar subjugado ao grande capital numa relação de poder e dominação. Neste esteira está estabelecido o conflito socioambiental caracterizado pela relação de três grandes atores sociais: o Estado, as mineradoras e as comunidades. Estas, no processo de inserção de grandes mineradoras, travam intensas resistências, não pelo recurso mineral, mas pelo território, por suas territorialidades, entendidas como construções identitárias em que a terra é de suma importância numa relação que ultrapassa o teor do trabalho para subsistência, mas como parte constitutiva de vivências. Ademais, estas resistências estão acompanhadas de inúmeras perdas tanto de caráter social como ambiental. Perde-se os rios, pela contaminação, perde-se extensões de



território, pelo desmatamento; perde-se a sociabilidade construída com intensa relação com a natureza. Tudo isso e principalmente o minério, espoliado pelo capital para o fomento de seus processos de acumulação de lucro.

REFERÊNCIAS

ARCHANJO, E.C.O.F. **Narrativas de resistência e luta pela terra de quilombolas de Boa Vista, Município de Oriximiná – PA.** 2015. Anais... III Congresso Pan-Amazônico de História Oral, Manaus, 2015.

CARVALHO, S.S.d. **A importância da definição das áreas de influência (ai's) no licenciamento ambiental para a sociedade estudo de caso: as minas de caulim no município de Ipixuna no Pará – Pa.** Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Pará, Museu Paraense Emílio Goeldi e EMBRAPA, Belém, 2009.

FIALHO NASCIMENTO, N.S. **Amazônia e Desenvolvimento capitalista: a centralidade da região para acumulação de capital e a produção de expressões da questão social.** Revista de Políticas Públicas, São Luís, v. , n. , p.203-213, ago. 2010.

HARVEY D. **O NOVO IMPERIALISMO.** Edicoes Lo yola, 2004 - 201 páginas.

MARQUES, G. **Amazônia: uma “moderna” colônia energético-mineral.** Universidade e Sociedade, n. 49, 2012, p. 32-45.

MONTEIRO, M.d.A. **Mineração e Desenvolvimento: A valorização do caulim na Amazônia Brasileira.** 2011. Papers do NAEA, N°288, Belém, 2011.

NETTO, J. P. **Introdução ao método na teoria Social.** In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.* Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

PORTO-GONÇALVES, C.W. **Amazônia, encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso.** 1º Ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

PRADO FILHO, C. **“Acumulação primitiva” e avanço do capital na Amazônia: uma perspectiva marxista sobre a devastação ambiental causada pela “febre do ouro” às margens da rodovia interoceânica em Madre de Dios.** Estudos Internacionais, Belo Horizonte., v. 05, n. 03, p.52-72, mar. 2017.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

RODRIGUES, G.V.D. **A questão do desenvolvimento na Amazônia brasileira: notas para debate.** In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, 01., 2015, Londrina. Anais... . Londrina: ., 2015. p. 01 - 11.

SANTOS, B.A.d. **Recursos minerais da Amazônia.** Estudos Avançados, Belém, v. 45, n. 16, p.123-152, mar. 2002.

SILVA, F.F.L, ET AL. **Uso do território e implicações socioespaciais da mineração no município de Canaã dos Carajas.** In: Perspectivas e análises do espaço geográfico/Christian Nunes da Silva, João Marcio Palheta, Jovenildo Cardoso Rodrigues. (Organização) - 1. Ed – Belém: GAPTA/UFPA, 2018. 2v. : 351p.

SIMINERAL. **Mineração no Pará, Brasil e mundo.** Disponível em <http://simineral.org.br/mineracao/mineracao-para>, acesso em 07 MAI. 2018

WANDERLEY, L.J. **Movimentos sociais em área de mineração na Amazônia Brasileira ,** e-cadernos ces [Online], 17 | 2012, colocado online no dia 01 setembro 2012, consultado a 09 maio 2018. URL : <http://journals.openedition.org/eces/1117>